

Desmascarada a burla eleitoral

NA GRANDE CAMPANHA POLÍTICA DE MASSAS

A repressão e a ilegalidade campeiam por todo o país como símbolos das «eleições» fascistas. Mesmo assim, o fascismo foi incapaz de amordacar o Movimento Democrático, e muitas dezenas de milhares de portugueses estão participando na campanha política de massas, lutando pelas liberdades democráticas, pelo fim da guerra colonial, por melhores condições de vida.

A apresentação de candidaturas democráticas em 9 dos principais distritos do país, as dezenas de comícios realizados em poucos dias, as comissões criadas, os variadíssimos documentos publicados, representam um importante êxito das forças democráticas unitárias e um sério desaire para o governo.

As acções do 5 de Outubro e as três dezenas de sessões e comícios realizados até essa data, com as salas a abarrotar, e de tal forma que houve sessões onde muitas centenas de pessoas não puderam entrar, mostram com clareza o isolamento da camarilha governamental. As poucas sessões da ANP, essas, só não estão às moscas porque o funcionalismo público é requisitado em todo o lado para ir a elas.

As viagens ministeriais por todo o país com a distribuição de subsídios como se fossem «bódos aos pobres», as promessas mágicas e a hipocrisia de M. Caetano, não conseguem esconder a verdade: o regime e o Governo estão cada vez mais isolados e agrava-se a crise em que se debatem. Na «conversa» de 27-9, M. Caetano falou em «opções decisivas» e no «momento muito delicado da vida nacional», mas não foi capaz de responder à sua própria pergunta: «como vamos sair disto?»

O governo fracassou

O governo desejava ardentemente que as «eleições» decorressem num clima «calmo» e com uma oposição colaboracionista. Ele esforçou-se por criar uma falsa oposição ou uma espécie de 3.^a força que lhe pudesse dar uma fachada pseudo-liberal. Os seus intentos fracassaram! Na «conversa» de 27-9, M. Caetano não foi capaz de esconder a sua amargura pelo falhanço da experiência com os ex-deputados chamados liberais e por não ter sido criada uma pseudo-oposição. «Não o fizeram, e sinceramente tenho pena» — disse ele, num triste desabafo!

Não havendo qualquer pseudo-oposição liberal, convinha ao regime que não houvesse qualquer participação democrática, para se poder dizer ao país e ao mundo que o Governo tinha o apoio de todos os portugueses. Também aqui o Governo falhou!

Recordando a uma desenfreada repressão e à publicação do já famigerado decreto eleitoral repressivo de 12-9, o Governo pensou que conseguiria dividir e silenciar a Oposição democrática. Não se pode deixar de notar que não foi apenas o governo que

pretendeu silenciar o Movimento Democrático. Numa estranha coincidência, houve oportunistas de «esquerda» e de direita que se «uniram» para se oporem à apresentação de candidaturas democráticas. Alguns deles, nomeadamente em Lisboa, Figueira da Foz, Castelo Branco, recorreram mesmo a golpes sujos com vistas a desunir o Movimento.

Alargar a campanha política de massas

Nos distritos onde se impuseram ao Governo as candidaturas de Oposição que ele não desejava, desenvolveram-se grandes acções, as massas dão provas de crescente combatividade e o Movimento Democrático é uma força unitária em pleno desenvolvimento.

A acção unitária de massas fez fracassar o objectivo do Governo de silenciar a Oposição e é através dessa mesma linha de massas que a política do Governo e a farsa eleitoral estão a ser profundamente desmascaradas perante o país e o mundo.

Contrariamente a isso, nos distritos onde por oportunismo ou medo houve democracia que se opuseram à apresentação de candidaturas, nomeadamente em Braga, Beja, Viseu e Viana, favoreceram-se os objectivos do governo, enfraqueceu-se a acção unitária da Oposição à escala de todo o país, e impossibilitou-se a participação activa de muitos milhares de pessoas desses distritos na campanha política de massas. Será desejável que os democratas desses distritos compreendam a tempo o erro que cometeram e não fiquem na posição de espectadores nem se demitam duma luta que também é deles, procurando formas adequadas de lutar juntamente com os democratas de todo o país.

A repressão — símbolo da «vitória» eleitoral fascista

A onda repressiva desencadeada pelo Governo com vistas a impedir ou a limitar a campanha política de massas é uma clara demonstração do seu temor e do seu isolamento.

Só nos últimos dias de Setembro e primeiros dias de Outubro, (data deste artigo do «Avante!», centenas de democratas, incluindo vários candidatos de Lisboa, foram presos ou multados; vários dirigentes e activistas sindicais foram despedidos dos seus empregos; foi anulada a lista de candidatos de Ponta Delgada; foram proibidas ou suspensas diversas sessões públicas, e em algumas proibiu-se a entrada a jovens com menos de 21 anos; impede-se que nas sessões sejam oradores todos os que não são candidatos; a censura aumenta e até nos comícios se pretende impedir que se discuta o problema da guerra colonial; as sedes das candidaturas (Porto, Peniche, e outras) ou os locais de Encontros e reuniões democráticas

(Marinha Grande, Braga, Caldas da Rainha, etc.) foram assaltadas e cercadas pelas forças repressivas; sucedem-se as provocações e intimidações a centenas de democratas; apreendem-se milhares e milhares de documentos diversos das candidaturas, cartazes e centenas de livros com as conclusões do Congresso de Aveiro; as licenças militares, desde meados de Setembro a fins de Outubro, foram canceladas.

Este pequeno sumário do estendal da repressão fascista testemunha o nervosismo, o temor e o isolamento do Governo. Ele está a recorrer a todos os meios para intimidar e senear um clima de terror. Ele não cumpre as suas próprias leis. Mesmo com tudo isto, M. Caetano tem a desfaçatez de afirmar que deseja que «o acto eleitoral seja precedido de uma campanha correcta» (!).

Ir ou não às urnas

O Governo proibiu e procurou impedir a campanha democrática pelo recenseamento. Promoveu a seguir cortes maciços (só na Marinha Grande foram cortados cerca de 500 democratas). Diz M. Caetano que estão recenseados 2 milhões de pessoas, o que significa que mais de metade da população adulta do país não está recenseada, não pode votar. A repressão, o arbitrio, e as ilegalidades fascistas atingiram uma envergadura igual ou superior à dos «melhores tempos» de Salazar. Mas os «tempos» actuais são outros.

Com o infame decreto sobre a abstenção eleitoral, (tal como os sublinha no manifesto da Comissão Executiva do Partido de 15-9), «M. Caetano julgou ter encontrado o instrumento capaz de forçar a Oposição Democrática a ir às urnas sem condições para proclamar depois a sua derrota clamorosa».

Com decreto ou sem ele, os desejos e os sonhos de M. Caetano falharão! As massas e os candidatos democratas recusam-se a ceder perante a repressão e imposições fascistas!

Na altura própria, o Movimento Democrático decidirá qual a posição a tomar sobre a questão de ir ou não às urnas. Já na sua reunião de Julho, o CC do Partido sublinhava: «Se o governo insiste em pretender impedir a actividade do movimento democrático, em suprimir as reclamações populares, em preparar sem escrúpulos mais uma mascarada, não será de esperar que as forças antifascistas venham em tais condições a decidir ir às urnas».

Alargar mais e mais a acção de massas

A acção repressiva do governo não visa apenas amedrontar e impedir o desenvolvimento da luta, mas também o desviar a luta dos objectivos imediatos mais essenciais. Enfrentar a repressão e fazê-la recuar é indispensável,

mas a luta contra a repressão deve ser enquadrada na grande campanha política de massas, campanha que deve continuar a alargar-se, mesmo nos distritos onde não se apresentaram candidaturas. A luta deve prosseguir para lá das «eleições», na base das reivindicações políticas que constituem hoje a Plataforma Unitária do Movimento Democrático, na luta

- pelas liberdades democráticas;
- contra a repressão e pela amnistia;
- pelo fim da guerra colonial;
- por aumento de salários, contra a carestia de vida e o peso dos impostos;
- contra o domínio dos monopólios e a submissão ao imperialismo.

O governo não conseguiu nem conseguir amordacar o Movimento Democrático, e este não deve ceder à chantagem, nem às violências fascistas. Ante as proibições do Governo, ante as suas ilegalidades e violências, há que recorrer a variadas formas de luta, promover grandes comícios e reuniões, mesmo nos campos, realizar grandes concentrações, organizar manifestações de rua.

Consolidar a unidade na acção

Gorados os esforços fascistas para dividir a Oposição, desacreditados e cada vez mais isolados certos desagregadores e pseudo-revolucionários, a unidade democrática amplia-se na acção.

Ampliar e consolidar a unidade na acção, formar novas e variadas comissões (nas empresas, nos sindicatos, nas escolas, em todas as localidades), atrair à luta antifascista novos milhares de activistas, deve ser uma das principais preocupações de todo o movimento democrático.

O «comunicado comum» saído do Encontro de Setembro entre delegações do Partido Comunista e do Partido Socialista, sublinha que «os respectivos partidos actuam para reforçar os laços de cooperação com todas as correntes políticas participantes no movimento unitário».

A grande campanha política de massas ainda esta no começo, mas as acções de massas já realizadas comprovam a justeza da orientação preconizada pelo P.C. e outras forças democráticas. As eleições-burla estão a transformar-se numa grande campanha política de massas, devem constituir uma séria derrota para a camarilha fascista de M. Caetano, isolando-a cada vez mais, e representar um grande alargamento das posições e conquistas do Movimento Democrático.

Intensifiquemos cada vez mais a luta unida de massas pelas liberdades democráticas, pelo fim da guerra colonial, por melhores condições de vida! Fazamos frente à repressão fascista!